

Elenco e matérias das provas escritas e orais aprovadas pelo Conselho Científico, sob proposta da Comissão de Equivalências, ao abrigo do artigo 8º, n.º 2, do Regulamento de Equivalência de Habilitações Estrangeiras ao Grau de Licenciado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, aprovado pela Deliberação n.º 490/2017 do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

A) CIÊNCIAS HISTÓRICO-JURÍDICAS

História do Direito Português

Evolução do Direito português, com incidência especial nas Fontes do Direito:

- O ordenamento antigo (1143-1820):
 - o Pluralismo jurídico medieval;
 - o Criação jurídica do Estado (1143-1211) e autonomização jurídica do Estado (1211-1446)
 - § Enquadramento histórico-político;
 - § Fundamento do direito. Espontaneidade e afloramentos intencionais. Quadros supra-positivos. A justiça e o direito natural;
 - § Fontes de direito, com particular destaque para o direito canónico; o direito prudencial; a lei; o costume; o direito judicial e o direito local. Caracterização e evolução.
- O pluralismo moderno (1446-1820)
 - o A afirmação da lei face às demais fontes do direito.
 - § Enquadramento histórico-político. Centralismo, absolutismo, despotismo iluminado;
 - § Fundamento do direito. A lei e a razão. Humanismo e segunda escolástica. As reformas universitárias. O uso moderno e o jusracionalismo. Humanitarismo;
 - § Fontes de direito, com particular destaque para o direito canónico; o direito prudencial; a lei; o costume; o direito judicial e o direito local. Caracterização e evolução. A lei da boa razão. O “novo código”.
- O ordenamento contemporâneo (1820 à actualidade)
 - o O monismo jurídico contemporâneo e a exclusividade da lei face às demais fontes (1820-1888)
 - § Enquadramento histórico-político. A reformulação liberal do Estado;
 - § Fundamento do Direito. O movimento codificador.
 - o Socialização jurídica do Estado (1888-1982)
 - § Republicanismo;
 - § Fundamento do direito. Positivismo e direito social.
 - o Integração jurídica do Estado (1982-actualidade)
 - § Enquadramento histórico-político. Influxo comunitário e identidade europeia;
 - § A lei nacional e a lei comunitária. Um novo pluralismo?

Bibliografia:

- Ruy de Albuquerque e Martim de Albuquerque, *História do Direito Português*, Sintra, 2005;
- Ruy de Albuquerque e Martim de Albuquerque, *História do Direito Português*, volume I, tomo II e volume II, pol., 1982;
- Nuno Espinosa Gomes da Silva, *História do Direito Português*, Lisboa, 2011;

Mário Júlio de Almeida e Costa, *História do Direito Português*, Coimbra, 2017;
Marcello Caetano, *História do Direito Português*, Lisboa, 2000.

Direito Romano

· Definição e conceito de direito romano. Actualidade e relevância do método jurisprudencial na criação do direito.

· Periodização histórica: monarquia, república, principado e império.
Enquadramento histórico-político.

· Fontes do direito romano:

- o *Mores maiorum* e costume;
- o *Ius honorarium* e a actividade do pretor;
- o A Lei;
- o A *iurisprudencia*;
- o Monumentos jurídicos fundamentais.

· O início do fim da *iurisprudencia* e a codificação do direito romano.

- o O *ius publice respondendi*
- o O edicto do pretor
- o O Código teodosiano
- o O *Corpus Iuris Civilis*

· A interpretação do direito romano

- o A tópica e a *ars inveniendi*;
- o O legislador intérprete
- o Os “renascimentos” do direito romano

Bibliografia:

Eduardo Vera-Cruz Pinto, *Curso de Direito Romano*, Principia, 2009;

Eduardo Vera-Cruz Pinto, *Apontamento de Direito Romano*, Principia, 2015;

Sebastião Cruz, *Direito Romano*, I, Introdução e Fontes, 1984

B) CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS

Economia

1. Conceitos introdutórios
2. Interdependência e trocas
3. As forças de mercado
4. A intervenção do Estado no mercado
5. A procura em mercados concorrenciais
6. O investimento e a oferta em mercados concorrenciais
7. Os factores tempo e risco
8. O mercado concorrencial
9. Mercados de concorrência imperfeita
10. Outros objetivos que não a maximização do lucro
11. A repartição do rendimento e o mercado dos fatores
12. A desigualdade e a pobreza

13. Redistribuição e tributação
14. O problema ambiental
15. A intervenção do Estado e a escolha pública
16. O crescimento
17. O desemprego
18. A inflação
19. A contabilidade nacional
20. O modelo de pleno emprego
21. O combate à inflação e ao desemprego
22. As políticas de estabilização
23. Os sistemas monetário e financeiro
24. Consenso e debate na política macroeconómica
25. As políticas de estabilização
26. Consenso e debate na política macroeconómica

Bibliografia:

Fernando Araújo, *Introdução à Economia*, 3.ª ed., Almedina, 2009;
Manuel Lopes Porto, *Economia: Um Texto Introdutório*, 4.ª ed., Almedina, 2014.

Finanças Públicas

1. Instrumentos e agentes financeiros. Noções preliminares
2. Receitas e despesas públicas. Pluralidade das figuras e inter-relacionamento
3. Orçamento e Conta do Estado
4. Os agentes financeiros
5. Órgãos de fiscalização
6. O conceito de decisão financeira
7. Decisão Económica
8. Decisão Política
9. As funções clássicas da decisão financeira: estabilização, afectação e distribuição
10. A racionalidade da decisão financeira
11. Limites à decisão financeira. Internos e Externos
12. Dívida pública: terminologia, modalidades, gestão da dívida e operações

Bibliografia:

António de Sousa Franco, *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, Volume I e II, 4.ª ed., Almedina, 2015;
Guilherme D'Oliveira Martins, *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, AAFDL Editora, 2014;
Maria D'Oliveira Martins, *Lições de Finanças Públicas e Direito Financeiro*, 3.ª ed., Almedina, 2013.

Direito Fiscal

1. Caracterização do Direito Fiscal e Princípios Estruturantes
2. O Direito Fiscal Geral e os Direitos Fiscais Especiais
3. Os Tributos
4. A Relação Jurídica Tributária

5. O Princípio da legalidade fiscal
6. O Princípio da proibição da retroatividade fiscal
7. O Princípio da igualdade fiscal
8. O Princípio da tributação do rendimento real
9. O Princípio da praticabilidade
10. A Interpretação das leis fiscais
11. A Elisão ou abuso fiscal, evasão e fraude fiscais e planeamento fiscal agressivo

Bibliografia:

- Ana Paula Dourado, *Direito Fiscal - Lições*, Almedina, 2.^a ed., 2018;
 José Casalta Nabais, *Direito Fiscal*, 10.^a ed., Almedina, 2017.
 José Luís Saldanha Sanches, *Manual de direito Fiscal*, 3.^a ed., Coimbra Editora, 2007.

C) CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS

Direito Constitucional

1. Evolução filosófica e constitucional da tutela da pessoa humana
2. Conceito de poder político
3. Elementos do Estado
4. Formas de Estado
5. O exercício do poder do Estado
6. Fins, funções e poderes do Estado
7. Órgãos do Estado
8. Organização do poder político
9. Limites ao poder do Estado
10. sistemas políticos do Estado
11. A Constituição e o poder constituinte
12. As normas constitucionais
13. História constitucional portuguesa
14. A Constituição Portuguesa de 1976
15. Organização do poder político
16. Órgãos de soberania
17. Sistemas de governo
18. Órgãos constitucionais
19. Princípios fundamentais
20. Atos legislativos

Bibliografia:

- ALEXANDRINO, José de Melo – *Lições de Direito Constitucional*, Volume I, 2.^a ed., Lisboa, 2015;
 – *Lições de Direito Constitucional*, Volume II, 2.^a ed., Lisboa, 2017.
 AMARAL, Diogo Freitas do – *Uma Introdução à Política*, Lisboa, 2014.
 CAETANO, Marcello – *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 6.^a ed., Coimbra, 1983.
 CANOTILHO, Gomes

- *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7.ª ed., Coimbra, 2003.
- MIRANDA, Jorge – *Ciência Política – Formas de Governo*, Lisboa, 1996.
- *Manual de Direito Constitucional*, I, 10.ª ed., Coimbra, 2014;
 - *Manual de Direito Constitucional*, II, 7.ª ed., Coimbra, 2013;
 - *Manual de Direito Constitucional*, III, 6.ª ed., Coimbra, 2010;
 - *Manual de Direito Constitucional*, III, 6.ª ed., Coimbra, 2010;
 - *Manual de Direito Constitucional*, V, 4.ª ed., Coimbra, 2011.
 - *Teoria do Estado e da Constituição*, Coimbra, 2002.
- MORAIS, Carlos Blanco de – *Curso de Direito Constitucional*, I, 2.ª ed., Coimbra, 2012;
- *Curso de Direito Constitucional*, II, Coimbra, 2014.
- OTERO, Paulo
- *Direito Constitucional Português*, Volume I - Identidade Constitucional, Coimbra, 2017 (Reimp. 2010).
 - *Direito Constitucional Português*, Volume II - Organização do Poder Político, Coimbra, 2017 (Reimp. 2010).
 - *Instituições Políticas e Constitucionais*, I, Coimbra, 2009.

Direito Administrativo

1. Conceito de Direito Administrativo
2. O Direito Administrativo nacional, europeu e global
3. Fundamentos da Administração Pública
4. Organização administrativa portuguesa. As modalidades de Administração pública
5. A estrutura da Administração
6. Princípios fundamentais da organização administrativa
7. Pessoas coletivas, órgãos e serviços administrativos. Os sujeitos públicos no Direito Administrativo
8. Relações administrativas interorgânicas e intersubjectivas: a hierarquia, a delegação de poderes, a superintendência, a tutela
9. Os Particulares como Sujeitos das Relações Jurídicas Administrativas
10. O Direito Administrativo como “Direito Constitucional concretizado”: a Administração Pública e Constituição
11. Os princípios fundamentais da atividade administrativa
12. O procedimento administrativo
13. O Código do Procedimento Administrativo
14. Princípios e regras procedimentais. As fases do procedimento administrativo
15. Os regulamentos administrativos
16. Regulamentos independentes e de execução
17. Procedimento dos regulamentos administrativos
18. Concessões amplas e restritivas de ato administrativo
19. Classificações dos atos administrativos
20. Procedimento do ato administrativo
21. Validade e eficácia do ato administrativo
22. Extinção e modificação do ato administrativo.
23. A atividade administrativa contratual
24. Princípios gerais da contratação pública
25. Novas formas de atividade administrativa
26. Invalidade e desvalores das formas jurídicas de atividade administrativa

27. As garantias procedimentais
28. Mecanismos de controlo da legalidade e do mérito do procedimento administrativo
29. O controlo administrativo, o controlo político e o controlo jurisdicional
30. Da Responsabilidade Administrativa e das Garantias dos Particulares

Bibliografia:

- AA.VV., *Comentários ao novo Código do Procedimento Administrativo*, Volumes I e II, coord. de Carla AMADO GOMES, Ana Fernanda NEVES e Tiago SERRÃO, 3.^a ed., Lisboa, 2016.
- ALMEIDA, Mário Aroso de – *Teoria Geral do Direito Administrativo*, 4.^a ed., Coimbra, 2017.
- AMARAL, Diogo Freitas do – *Curso de Direito Administrativo*, I, 4.^a ed., Coimbra, 2015;
 – *Curso de Direito Administrativo*, II, 3.^a ed., Coimbra, 2016.
- ANDRADE, José Carlos Vieira de – *Lições de Direito Administrativo*, 5.^a ed., Coimbra, 2018.
- FREITAS, Lourenço Vilhena de – *Direito do Procedimento Administrativo e Formas de Actuação da Administração*, Lisboa, 2016.
- OTERO, Paulo – *Direito Administrativo – Relatório*, publicado em suplemento à *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Lisboa, 2001.
 – *Legalidade e Administração Pública: o sentido da vinculação administrativa à juridicidade*, 2.^a reimp., Coimbra, 2011.
 – *Manual de Direito Administrativo*, I, Coimbra, 2013.
 – *Direito do Procedimento Administrativo*, I, Coimbra, 2016.
- SOUSA, Marcelo Rebelo de / MATOS, André Salgado de – *Direito Administrativo Geral*, I, 3.^a ed., 2008;
 – *Direito Administrativo Geral*, III, 2.^a ed., 2009;
 – *Contratos Públicos*, Lisboa, 2008.

Direito Internacional Público

1. Introdução ao Direito Internacional Público e às Relações Internacionais
2. Fontes de Direito Internacional Público
3. Direito dos Tratados Internacionais
4. As relações entre o Direito Internacional e a Ordem Interna dos Estados: o caso da ordenamento jurídico interno português
5. Os sujeitos de Direito Internacional: entidades com capacidade plena e entidades com capacidade limitada; menção especial às organizações internacionais
6. A resolução pacífica de conflitos

Bibliografia:

- BAPTISTA, Eduardo Correia – *Direito Internacional Público – Conceito e fontes*, Volume I, Lisboa, 2015 (reimpressão 1998);
 – *Direito Internacional Público – Sujeitos e responsabilidade*, Volume II, Lisboa, 2015 (reimpressão 1998).
- DUARTE, Maria Luísa – *Direito Internacional Público e a ordem jurídica global do séc. XXI*, Lisboa, 2016.
- PEREIRA, André Gonçalves / DE QUADROS, Fausto – *Manual de Direito Internacional Público*, 3.^a ed., Coimbra, 1993.

MACHADO, Jónatas E. M. – *Direito Internacional – Do paradigma clássico ao pós-11 de Setembro*, Coimbra, 2013.

MIRANDA, Jorge – *Curso de Direito Internacional Público I*, 6.ª ed., Lisboa, 2016.

Direito da União Europeia

1. Os fundamentos históricos do desígnio europeu
2. A evolução do processo de integração europeia – das origens até à atualidade
3. A Constituição Política da União Europeia
4. A União Europeia como união de Estados e de cidadãos
5. A cidadania da União Europeia
6. A proteção dos direitos fundamentais
7. A estrutura decisória da União Europeia
8. Os princípios fundamentais de vinculação institucional
9. As atribuições, a estrutura institucional e orgânica e os procedimentos de decisão na União Europeia da União Europeia
10. O procedimento de aprovação de atos legislativos
procedimento de vinculação internacional da União Europeia
11. As fontes de Direito da União Europeia
12. As relações entre o Direito interno e o Direito da União Europeia
13. Delimitação de competências entre a UE e os Estados-membros
14. O diálogo judicial entre juízes nacionais e o Tribunal de Justiça da União Europeia

Bibliografia:

DUARTE, Maria Luísa – *União Europeia. Estática e dinâmica da ordem jurídica eurocomunitária*, Coimbra, 2011;

– *Estudos sobre o Tratado de Lisboa*, Coimbra, 2010;

– “O ramo e a árvore – a propósito do Direito da União Europeia. Notação sobre Botânica Jurídica”, in *Revista de Direito Público*, n.º 1, 2009, pp. 247 e ss.;

– *União Europeia e Direitos Fundamentais – no espaço da internormatividade*, Lisboa, 2013.

DUARTE, Maria Luísa / LANCEIRO, Rui Tavares – *Tratado de Lisboa*, 4.ª edição, Lisboa, 2017.

CAMPOS, João Mota de / CAMPOS, João Luiz Mota de – *Manual de Direito Europeu*, 6.ª ed., Coimbra Editora, 2010.

MARTINS, Ana Maria Guerra – *Ensaio sobre o Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2011.

MESQUITA, Maria José Rangel – *A União Europeia após o Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2010.

Contencioso Administrativo e Tributário

1. Os traços principais da reforma processual de 2002/2004 e da revisão de 2015
2. A jurisdição dos tribunais administrativos
 - 2.1. O âmbito de jurisdição dos tribunais administrativos
 - 2.2. A distribuição de competência pelas três instâncias de tribunais administrativos
 - 2.3. Os critérios de atribuição da competência

3. A legitimidade no processo administrativo
4. A ação administrativa
5. Tutela jurisdicional efetiva e agilização processual
6. O contencioso dos direitos fundamentais
7. A justiça cautelar administrativa
8. O contencioso da responsabilidade civil extracontratual do Estado
9. Os recursos
10. O processo executivo
11. A arbitragem

Bibliografia:

- AA. VV., *Cadernos de Justiça Administrativa*, nº 124, 2017 – Actas do XVIII Seminário de Justiça Administrativa sobre *A efectividade da justiça administrativa*;
- AA.VV., O regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas: comentários à luz da jurisprudência, coord. de Carla AMADO GOMES, Ricardo PEDRO e Tiago SERRÃO, Lisboa, 2017;
- AA.VV., Comentários à revisão do ETAF e CPTA, coord. de Carla AMADO GOMES, Ana Fernanda NEVES e Tiago SERRÃO, 3ª ed., Lisboa, 2017;
- AA. VV., *Cadernos de Justiça Administrativa*, nº 106, 2014 – Número dedicado à revisão da legislação do contencioso administrativo de 2014/2015;
- AA.VV., O anteprojecto de revisão do CPTA e do ETAF em debate, coord. De Carla AMADO GOMES, Ana Fernanda NEVES e Tiago SERRÃO, Lisboa, 2014;
- ALMEIDA, Mário Aroso de – *Manual de Processo Administrativo*, 3.ª ed., Coimbra, 2017;
- ALMEIDA, Mário Aroso de / CADILHA, Carlos – *Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos*, 4.ª ed., Coimbra, 2017;
- ANDRADE, José Carlos Vieira de – *A Justiça Administrativa (Lições)*, 16.ª ed., Coimbra, 2017;
- CORREIA, José Manuel Sérvulo – *Direito Processual Administrativo, I*, Lisboa, 2005
- OLIVEIRA, Mário Esteves de / OLIVEIRA, Rodrigo Esteves de – *Código de Processo nos Tribunais Administrativos, Comentado, I*, Coimbra, 2006;
- SILVA, Vasco Pereira da – *O Contencioso Administrativo no Divã da Psicanálise – Ensaio Sobre as Acções no Novo Processo Administrativo*, 2ª. edição, Coimbra, 2009.
- *Novas e Velhas Andanças do Contencioso Administrativo – Estudos sobre a Reforma do Processo Administrativo* Lisboa, 2005;
- Temas e Problemas de Processo Administrativo – Intervenções do Curso de Pós-graduação sobre o Processo Administrativo* («e-book»), ICJP, Lisboa, 2010, <http://www.icjp.pt/publicacoes>.

Direitos Fundamentais

1. Teoria das normas de direitos fundamentais
2. Normas de direitos fundamentais
3. Normas sobre normas de direitos fundamentais
4. Conflitos de normas de direitos fundamentais
5. Ponderação de normas de direitos fundamentais
6. Restrições a normas de direitos fundamentais
7. As normas constitucionais e as normas de abertura de direitos fundamentais
8. As normas de definição do âmbito material dos direitos fundamentais

9. As normas de definição do âmbito subjetivo dos direitos fundamentais; a universalidade;
10. As normas de promoção de direitos fundamentais
11. As normas de suspensão de direitos fundamentais
12. As normas sancionatórias da violação de direitos fundamentais
13. Os direitos fundamentais da Constituição da República Portuguesa
As normas e regime de direitos de liberdade
14. As normas e regime de direitos sociais
15. Direitos Fundamentais e intervenção do Tribunal Constitucional

Bibliografia:

- Alexandrino, José de Melo, 2007. *Direitos Fundamentais – Introdução Geral*, Estoril, Principia.
- Andrade, José Carlos Vieira de, 2012. *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, Coimbra, Almedina.
- Novais, Jorge Reis, 2017. *Direitos Sociais – Teoria Jurídica dos Direitos Sociais enquanto Direitos Fundamentais*, AAFDL
- Novais, Jorge Reis, 2017. *Direitos Fundamentais e Justiça Constitucional*, AAFDL
- Miranda, Jorge, 2017. *Direitos Fundamentais*, Coimbra, Almedina.
- Canotilho, José Joaquim Gomes / Moreira, Vital, 2007. *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4.ª ed., I, Coimbra Editora.
- Miranda, Jorge / Medeiros, Rui, 2010. *Constituição Portuguesa Anotada*, I, Coimbra Editora.

D) CIÊNCIAS JURÍDICAS

Teoria Geral do Direito Civil

1. Conceito de direito subjectivo
2. Tipologia dos direitos subjectivos
3. Obrigações, deveres e outras situações jurídicas passivas
4. Personalidade jurídica e capacidade jurídica
5. Incapacidades
6. Factos jurídicos e negócio jurídico
7. Classificações do negócio jurídico
8. Vícios da vontade e da declaração
9. Prova (meios de prova, presunções legais e ónus da prova)

Direito das Obrigações

1. Princípios gerais do Direito das Obrigações
2. Fontes das obrigações
3. Noção e pressupostos da responsabilidade civil
4. Modalidades e cálculo do valor da indemnização
5. Cumprimento e não cumprimento das obrigações

Direitos Reais

1. Conceito de direito real
2. Características do direito real
3. Classificações das coisas
4. Classificações dos direitos reais

Bibliografia:

- CORDEIRO, António Menezes, *Tratado de Direito Civil*, vols. I a IX, Coimbra, Almedina, 2012-2017;
- LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes,
- *Direito das Obrigações*, vols. I e II, Coimbra, Almedina, 2018
- *Direitos Reais*, Coimbra, Almedina, 2018;
- MARTINEZ, Pedro Romano,
- *Direito das Obrigações – Programa 2017/2018*, 5ª ed., Lisboa, AAFDL, 2017
- *Direito das Obrigações (Parte Especial) – Contratos*, Coimbra, Almedina, 2017;
- RAMOS, José Luís Bonifácio, *Manual de Direitos Reais*, Lisboa, AAFDL, 2017;
- VASCONCELOS, Pedro Pais de, *Teoria Geral do Direito Civil*, Coimbra, Almedina, 2017;
- VIEIRA, José Alberto Coelho, *Direitos Reais*, Coimbra, Almedina, 2016.

Direito Processual Civil

1. Tipos de acções
2. Sujeitos do processo civil
3. Objecto do processo civil: pedido e causa de pedir
3. Noção de pressuposto processual
4. Princípio do dispositivo, do inquisitório e da cooperação
5. Noção de caso julgado

Bibliografia:

- FREITAS, José Lebre de, *Introdução ao processo civil*, 4ª ed., Coimbra, Gestlegal, 2017;
- SOUSA, Miguel Teixeira de,
- *As partes, o objecto e a prova na acção declarativa*, Lisboa, Lex, 1995
- *Introdução ao processo civil*, Lisboa, Lex, 2000.

Direito Penal

1. Os fundamentos do Direito Penal segundo o Estado de Direito democrático
2. Fins das penas
3. Princípios do Direito Penal
4. O conceito formal e material de crime

Bibliografia:

- COSTA, José de Faria, *Noções Fundamentais de Direito Penal*, 4ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2012;

DIAS, Jorge de Figueiredo, *Direito Penal. Parte Geral. Tomo I – Questões Fundamentais. A Doutrina Geral do Crime*, 2.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2.^a Reimpressão, 2012;

PALMA, Maria Fernanda,
– *Direito Constitucional Penal*, Coimbra, Almedina, 2006
– *Direito Penal: conceito material de crime, princípios e fundamentos*, Lisboa, ed. AAFDL, 2016.